

NOTÍCIA DE PESQUISA

SOCIABILIDADE E CULTURA NOS QUINTAIS POPULARES DE SÃO PAULO NO FINAL DO SÉCULO XIX

BIANCA MELZI D. LUCCHESI*

A historiografia sobre a cidade de São Paulo na virada do século, nos mostra um processo de urbanização carregado de tentativas de exclusão das classes populares do cenário público paulistano. No entanto, há ainda um espaço a ser considerado e preenchido na história social das camadas pobres que sofrem esta marginalização: o espaço doméstico. Neste sentido, minha pesquisa se propõe a estudar a dimensão privada deste processo histórico a partir das relações de trabalho, família e religiosidade que se dão nos quintais populares.

Em minha dissertação de mestrado, concluída em 2013 pelo Programa de Estudos Pós-Graduados da PUC-SP, estudei os cortiços da cidade de São Paulo no final do século XIX como alvo destas transformações urbanas ocorridas na capital paulista. Os cortiços deveriam ser extintos pelo teor insalubre e antiestético produzido pela aglomeração das populações pobres em seu formato coletivo de moradia. O objetivo maior do meu trabalho consistiu em demonstrar de que forma os cortiços atuaram com força em São Paulo (com existência de alguns até hoje no

centro), apesar de serem fadados ao desaparecimento em 1894 através de uma regra contida no Código Sanitário Estadual. A vida dentro do cortiço é administrada de modo a transitar o tempo todo entre o particular e o compartilhado; a linha que separa “público e privado” nessas habitações é muito tênue, ao mesmo tempo em que os moradores adquirem plena consciência de uso de cada um desses espaços. Num estudo físico e social da formação da casa coletiva, podemos dizer que o lugar mais caracterizado pela coletividade dentro do compartilhamento de espaços do cortiço é o quintal. Ali acontecem os encontros, as conversas e as festas. O quintal serve também como espaço de aprendizagem, lugar onde se divide experiências, trabalhos e se compartilham brincadeiras, comida e instrumentos de trabalho. A própria configuração de família transmuta-se no quintal. Além disso, muitos cortiços abrigavam no quintal os outros dois cômodos de característica coletiva da casa: cozinha e instalação sanitária.

Pensando nestas questões e amadurecendo a ideia sobre os quintais enquanto espaço de coletividade e troca de experiências, me debruço agora sobre os usos e funções dos quintais na formação da sociabilidade das classes populares paulistanas. A partir de uma perspectiva social, o quintal é enxergado como um espaço de convivência e formação de diferentes sujeitos, analisando seus diversos papéis e as várias práticas ali exercidas. Sobretudo no caso das habitações coletivas, onde o convívio, as diferenças e a simbiose cultural são enaltecidos através dos “quintais multiétnicos”, o tema torna-se de grande pertinência social. A presença da cultura e religiosidade popular na cidade de São Paulo se dá também pelos costumes domésticos, pelas plantas e ervas enraizadas nos quintais, nas festas e cultos religiosos que também se dão nestes espaços.

Inimigos da moral e da saúde paulistana, os cortiços e seus quintais foram alvo rotineiro da fiscalização sanitária. Mesmo com a ação da polícia, de fiscais e de agentes sanitários em regular e controlar o cotidiano considerado turbulento e indisciplinado nas áreas urbanas onde conviviam negros libertos e brancos pobres, a história social que se faz das ruas paulistanas no final do XIX deve considerar que o espaço urbano é feito de debates e conforme o entendimento e a vivência dos diferentes agentes sociais que atuam na cidade. A imposição vertical de medidas modeladoras do espaço urbano e seus ocupantes jamais será submetida sem o confronto com a realidade cidadina. Longe dos olhares dos senhores, escravos de ganho e ex-cativos experimentaram a socialização e ostentação de seus pertences e personalidade no meio urbano, ao lado de indivíduos libertos, pobres, nacionais e estrangeiros. Todos compondo as faces sociais e o cenário múltiplo atribuído a São Paulo no final do século XIX¹.

Até o período descrito, a economia paulistana ainda não se caracterizava completamente como urbana. O comércio informal vigorava nas ruas com artesanato e gêneros alimentícios produzidos no próprio quintal por nacionais pobres e imigrantes. Jacob Penteadado, em seu livro de memórias “Belenzinho, 1910”, descreve exemplos de atividades nos quintais que possibilitavam o sustento da família e também a atividade comercial já citada. O quintal da casa onde ele morava com sua mãe, por exemplo, abrigava uma horta onde era possível colher couve, cebolinha, alho, salsa, salsão, cenoura, rabanete e alface. No quintal, a mãe de Jacob também criava galinhas que forneciam “ótima carne e ovos em fartura”. O sucesso das galinhas fez a família tornar-se criadora: compraram um casal de porquinhos da índia, depois um casal de coelhos. A distinção entre a

domesticação de animais para abastecimento ou somente com finalidade de criação era muito frágil, dependia da necessidade da família num determinado momento. Os donos de quintais com criação de animais disciplinadamente voltada para o comércio poderiam tornar-se tripeiros, ofício dos que apareciam de carrocinha ofertando fígado, coração, miolos, mocotó, rins e outros miúdos².

Jaime Rodrigues, ao falar da alimentação da classe trabalhadora de São Paulo, nos apresenta a uma importância do quintal não só na criação, mas também preparo e higienização dos animais para consumo. O preparo inicial de galinhas, frangos e coelhos frescos com finalidade de alimentação se dava no quintal, lavando-os e escaldando-os no tanque onde costumeiramente se lavava roupa³. No caso dos cortiços, onde a sublocação da casa transportava o aparato da cozinha para uma pia e forno improvisados no quintal, também o cozimento e ingestão dos animais abatidos dava-se no quintal, muitas vezes em conjunto, alimentando, o mesmo frango, crianças de diferentes famílias. Assim como o espaço, todo ensinamento era compartilhado no quintal. Os quintais dos cortiços, em especial, permitiam a construção de uma cultura urbana baseada em fatores multiétnicos dos cubículos que formavam a moradia popular. A alimentação nacional e estrangeira, por exemplo, se mistura nas casas e quintais paulistanos no final do século XIX e nos deixam de herança um cardápio considerado diverso. Do mesmo modo que os imigrantes aprenderam a comer carne de porco e de frango, os italianos, por exemplo, disseminaram o consumo de verduras como chicória, almeirão e escarola e legumes como pimentão e berinjela entre os brasileiros. Além das hortas e animais, Jacob Penteadó destaca a presença de ervas medicinais e árvores

frutíferas nos quintais das casas populares no Belenzinho, que faziam parte da subsistência e economia dos paulistanos pobres. Ainda no quintal encontram-se outros vestígios da vida econômica e social das famílias de baixa renda resididas em São Paulo, como tachos, tábuas de bater roupa, receitas de quitutes, o cuidado com as crianças, simpatias contra doença ou mau olhado⁴.

A cidade, longe de possuir uma única imagem descrevendo sua paisagem urbana, apresenta-se multifacetado pelas diversas formas de sobrevivência e sociabilidade, muito diferentes daquelas exercidas pela classe dominante. Esta por sua vez, tentava – em vão – atribuir à cidade uma imagem simplista, superficial, descaracterizadora dos processos urbanos, uma imagem que, através da superação da massa pobre e predominante, atribuiria à cidade o título de civilizada. Na verdade, a ideia de que a cidade cresceu materialmente às custas miséria da maioria, juntamente com a ideia de que os planos de melhoramentos urbanos são idealizados unicamente pelas elites letradas e cientificamente formadas, tende a criar uma imagem dualista do processo urbano que dificulta sua percepção histórica de movimento, transformação e, principalmente, de debate. No sentido dessa autonomia social na cidade, Maria Odila nos apresenta a um cotidiano politicamente estruturado entre escravos e forros na capital paulista, apesar do silêncio pretendido na legislação. A historiadora ressalta que mulheres negras, sobretudo mães e avós solteiras, exerciam a função de escravas de ganho e assim sustentavam sua família em quartos alugados no centro de São Paulo.

De acordo com a historiadora Josianne Cerasolli, o espaço urbano se define em meio a tensões advindas de diversos grupos sociais com os

mais variados interesses⁵. A historiadora afirma que a ideia de que os planos de urbanização são idealizados pelas elites letradas e cientificamente formadas, tende a criar uma imagem dualista do processo urbano que esconderia debates entre as autoridades e os cidadãos. O documento, por exemplo, abaixo se trata de um abaixo assinado organizado pelos moradores da Vila Mariana solicitando melhorias para as ruas e frentes de suas casas:

Ao Excelentíssimo Presidente da Câmara Municipal de São Paulo: Os abaixo assignados proprietários e moradores da Rua Dr. Domingos de Moraes, em Villa Marianna, desejando arborizar e calçar os passeios da mesma rua, pedem à V. Ex^a se digne mandar dar guias para o passeio e demarcar o alinhamento da arborização⁶.

As reivindicações por melhorias urbanas e os descontentamentos também se apresentavam via imprensa, principalmente em jornais bairristas, como a *Folha do Braz*:

Que vale a hygiene superficial num bairro essencialmente sujo em cujo oceano de pó se concentram os micróbios de mil moléstias? Que vale a hygiene num bairro cujas ruas empestam-se aos gazes emanados de eternos locadaçaes?⁷

A experiência urbana não se faz no autoritarismo tecnicista, ela abrange também questões políticas, sociais e culturais a partir das quais a cidade veio se construindo desde o seu nascimento. Reduzir os problemas da cidade ao fator técnico seria o mesmo que naturalizá-los, ou seja, iria de encontro à ideia deste mesmo espaço enquanto produtor de cultura das suas soluções urbanas. As multas e impostos aplicados pelos fiscais de distrito

são um exemplo de como as regras urbanas não são feitas unilateralmente, mas sim de forma flexível conforme o contexto social em que estão inseridas. Em 14 de fevereiro de 1892, José Ignácio de Oliveira Arruda entrega a um morador do Brás uma multa de 20.000 réis por “manter o quintal imundo”, transgredindo assim, o artigo 82 das Posturas Municipais. Em muitos casos como este, a multa não era paga por falta de direcionamento ao sujeito pagante. Para resistir ao pagamento das multas por falta de higiene ou mesmo à demolição dos cortiços diagnosticados como irrecuperáveis em sua salubridade, os munícipes encaminhavam ao poder público as mais diversas situações: alguns proprietários justificavam a falta de pagamento por estarem fora da cidade no momento em que a cobrança foi entregue em sua casa, outros alegavam ser apenas inquilinos, não lhes cabendo a responsabilidade financeira sobre o imóvel. Aqui vale ressaltar que o foco das posturas não era o caráter punitivo da multa, mas a apreensão de novos hábitos por parte dos habitantes da urbe. A própria codificação das posturas era uma forma de organizá-las a um nível que tornasse mais fácil a consulta às normas que dariam base ao trabalho de fiscalização nas ruas da cidade, além de ser um instrumento de orientação utilizado pela Câmara, que distribuía exemplares do referido código aos habitantes da cidade para que estes tomassem ciência dos preceitos ordenativos segundo os quais deveriam caminhar. Mesmo porque, a aplicação de multa não era um meio de sucesso para quem objetivasse puramente a punição, como relata o fiscal do Brás no documento encaminhado à Intendência Municipal:

[...] o abaixo assinado não tendo meios de obrigar os mesmos à limpeza necessária, visto como a própria

multa perde sua eficácia em virtude de serem os mesmo miseráveis e não podem pagá-la, vem com todo respeito pedir a V. Ex^a se dignem ordenar que seja intimado o dono do referido barracão [...]”⁸.

Tendo como foco os bairros populares da cidade de São Paulo e os arredores rurais, o estudo sobre os quintais irá mapear na cidade a sociabilização, resistência, interação cultural e tensões que perpassam o cotidiano de nacionais pobres e imigrantes na metrópole do café. O AHMWL (Arquivo Municipal Washington Luís) possui uma documentação riquíssima capaz de desvendar o cotidiano e os debates que constituem a cidade no final do século XIX e início do XX. Compondo este acervo, encontra-se o Fundo Intendência Municipal, que contém informações relevantes às condições físicas, habitáveis e sociais sobre os quintais paulistanos, inscritas nos documentos sobre Polícia e Higiene, desapropriação de imóveis, vistorias, contratos, impostos e correspondências. Através de fontes referentes ao cuidado com a higiene na cidade, como “Intimações e multas” e “Relatórios fiscais”, será possível contextualizar de que forma os Códigos Sanitário e de Postura regulamentaram a ação fiscal, a disciplina e a higiene requeridas aos quintais paulistanos, sobretudo nos quintais pobres e coletivos. Entulho, falta de asseio, criação indevida de animais, esgoto e latrinas insuficientes, falta de poda e permanência de jogos de azar são exemplos de algumas características dos quintais paulistanos que se tornaram alvo dos fiscais de Polícia e Higiene, como no caso destas duas denúncias pronunciadas ao Intendente Municipal pelo fiscal de distrito responsável pela manutenção da limpeza nas ruas da cidade:

Multei por falta de limpeza Ana Caturelle, Affonsi Carmeci e Atilio Baroni por falta completa de limpeza nos quintais, art 32 das Posturas, em trinta mil réis. Intimei a Antonio Prudencio para retirar os porcos de seus quintais, sob pena de multa⁹.

Outras fontes também ligadas à Intendência Municipal mostram tensões presentes na cidade e que envolvendo os quintais e a falta ou excesso de água. Enchentes ou falta de abastecimento de água são motivos de discussão entre a população e os fiscais, quando os munícipes alegam que falta água até para beber, portanto a falta de limpeza no quintal é também uma questão de abastecimento; e entre Intendentes e fiscais, há argumentações quando a cheia dos rios impede a fiscalização das áreas de várzea. Assim, pode-se dizer que fenômenos naturais e a falta de gerência do abastecimento de água também envolvem os quintais nas questões administrativas e de vigilância na cidade. Em relatório data de 05 de fevereiro de 1892, um fiscal de distrito comunica ao Intendente Municipal como se dá sua estratégia de trabalho diante da falta de água:

Continuei passando em revista em quintais, multando tão somente os inquilinos dessas moradas que faltavam com todas as condições hygienicas, em razão de não poder ser rigoroso demais em vista das reclamações de falta de água. Continuei na correção intimando aos proprietários para fazerem passeios em frente as casas, serviço esse que toma bastante tempo por precisar procurar pelos proprietários que morão fora do meu districto¹⁰.

Já as fontes relacionadas às correspondências entre os munícipes e as autoridades intendentes nos apresentam a uma cidade de debates e tensões, que legitimam os “desclassificados sociais” – negros e brancos pobres – como sujeitos históricos e formadores da cidade que encontra-se

em transformação rumo à modernidade. Admitir estes sujeitos como participantes do movimento de construção urbana, social e cultural em São Paulo é um passo para, então, entender o quintal como elemento crucial no cotidiano destas pessoas e na formação de sua cultura, trabalho e sociabilização. Aí consiste a íntima relação entre a concepção de apropriação do espaço e entendimento da população pobre de São Paulo sobre seu poder pertencedor e modificador da cidade para resistência e desenvolvimento de sua cultura, seus costumes sociais e sua sobrevivência cotidiana. Assim, a análise de documentos como correspondências ao Intendente Municipal e abaixo-assinados, que fazem os munícipes não apenas espectadores mas formadores do lugar que habitam, torna-se necessária para o entendimento da classe pobre como ativa e não oprimida diante das transformações urbanas de São Paulo, para que então o quintal seja colocado na posição de instrumento desta resistência e ação social.

Além disso, as fontes que descrevem os quintais permitem uma análise social da população e do território paulistano. Nos bairros de várzea, onde os terrenos eram grandes e o solo fértil devido à presença próxima do rio, predominavam quintais verdes e frutíferos. Os quintais nesse espaço histórico apresentam-se como excelente perspectiva de pensar as relações entre sociedade e natureza na construção da materialidade cotidiana de trabalho, alimentação, habitação.¹¹ No Belenzinho, por exemplo, Jacob Penteado descreve o Mínairete: chalezinho amarelo envolto em cerca viva com um portão de ferro para entrada. No terreno, laranjeiras, ameixeiras, pés de romã e vasos de raízes compunham o quintal juntamente com uma horta e uma grande paineira.¹² Conhecer os diferentes tipos de vegetação cultivados nos quintais nos permitem o diagnóstico de uso destes elementos

pela população: a quantidade e regularidade de plantio pode indicar se frutas e verduras são cultivadas para subsistência ou para atividade comercial, a quantidade e rotatividade de porcos, galinhas, coelhos, bem como as denúncias registradas por fiscais de distrito, podem indicar o objetivo da criação animal para domesticação ou comercialização. Estudar as minúcias dos quintais é de grande valia para desvendar aspectos culturais de diferentes moradores da urbe paulistana. A presença de ervas medicinais, por exemplo, pode indicar a presença de curandeiros na residência, enquanto os tipos de festas, músicas e os instrumentos que as embalam, desenvolvidas no quintal, nos mostram as raízes culturais dos habitantes.

A relação entre o quintal e as diversas formas de trabalho - comerciantes, lavadeiras, quituteiras, engraxates, artesãos - podem ser estabelecidas através de um material fotográfico muito belo e importantíssimo, recolhido no Centro de Memória da Faculdade de Saúde Pública de São Paulo. Através das fotos tiradas de quintais de cortiços nos bairros pobres de São Paulo, podemos estabelecer relações sociais entre os moradores da casa e o quintal. Este se mostra fiel aliado da diversão infantil, da produção alimentar e da capacidade de sociabilização entre diferentes famílias. Por vezes, uma única mulher é responsável pela alimentação de diversas crianças. Ou seja, o quintal dos cortiços pode ser instrumento da possibilidade de trabalho não só por abrigar os tachos das lavadeiras ou as verduras que serão vendidas, mas por permitir que seu aspecto coletivo se transforme em numa característica comunitária, em que a criança cuja família trabalha o dia inteiro, divide não só o quintal, mas a comida e os cuidados dispensados por quem estiver disponível em casa no horário do almoço. Essa socialização das tarefas e da configuração de família nos

quintais, o torna um espaço de desenvolvimento da vida em comunidade e da autonomia infanto-juvenil.

Questões de gênero e do papel de cada integrante da família dentro do cortiço, podem levar a uma reflexão de maior abrangência com base nos valores da sociedade brasileira, e principalmente paulistana, na virada do século. Outro debate considerado pertinente é o da apropriação do espaço. Por um lado, existe a ideia de que os diferentes moradores da casa se apropriam de maneiras diferentes do espaço do quintal, podendo este ser um lugar de trabalho ou lazer, dependendo do sujeito que nele está inserido. Agora, cabe aqui também, estudar a apropriação de lugares externos à casa para assumirem o papel de quintal. Espaços públicos acabam tornando-se extensões da casa conforme a necessidade dos habitantes, de modo que uma praça pode assumir o papel de quintal ao abrigar os varais de roupas das lavadeiras do cortiço.

Os quintais carregam aspectos fundamentais da construção do cotidiano familiar e das relações da família com vizinhos e com a sociedade. Assim, entende-se que eles são parte da edificação física e social do lar. Um estudo sobre o quintal implica em historiar sua ligação íntima com o edifício da casa. Além de estar conectado ao espaço privado da casa, o quintal também se liga ao espaço da rua, mesmo que não seja dela extensão ou parte. Sua relação com o espaço público é de ordem distinta, funciona como um meio de intermediação.

O memorialista Jacob Penteadó nos dá um exemplo desta apropriação plural do espaço ao relatar como as margens do Rio Tietê e campos de pastagem eram amplamente aproveitados pelas crianças como um espaço de lazer, onde estas organizavam corridas, jogos de futebol,

cabra-cega e tantas outras atividades infantis. Os quintais colocam em contato lugares e paisagens que formam territórios de confluência entre modos de ver e de representar o espaço que não se definem exatamente como urbanos ou rurais, privados ou públicos.

O quintal poderia também transformar-se em oficina ou armazém. Conforme o tamanho da casa, a sublocação não só do quintal, mas dos cômodos dormitórios, era algo muito natural, dado o histórico de baixa renda atribuído à operários, vendedores ambulantes, lavadeira e outros ofícios da classe pobre paulistana. Penteado esclarece que sua própria casa era parcialmente alugada para outras famílias, o que tornava coletivo o uso do quintal. Segundo ele, “Como nossa casa era bem grande, alugávamos os cômodos da frente.”¹³ Tão natural quanto esta prática era a perseguição desencadeada a estas habitações coletivas, devido ao seu teor insalubre e antiestético, contraditório ao contexto de modernidade desejado à cidade pelas elites paulistanas.

O significado da habitação pobre - e principalmente coletiva – é importantíssimo para o entendimento do cotidiano popular e do papel das transformações urbanas na cidade de São Paulo na virada para o século XX. Nesse sentido, o Centro de Memória da Faculdade de Saúde Pública de São Paulo abriga em seu Fundo documental “Educadoras Sanitárias”, valiosa documentação sobre as ações governamentais relativas à higiene e aos hábitos domésticos, num período posterior às ações mais truculentas e imediatistas da Polícia Sanitária e dos fiscais de distrito. Um documento em especial chama muito a atenção para a importância dedicada à habitação para análise de problemas epidemiológicos. Trata-se de uma ficha epidemiológica, criada para diagnosticar os problemas das epidemias em

São Paulo e destinada ao cumprimento do estágio de campo das estudantes de Educação Sanitária. A sujeira do quintal e falta de asseio com a casa em geral, condenados pelos fiscais no final do século XIX, ganham um novo olhar no início do século XX com a atuação das educadoras sanitárias, responsáveis por contextualizar as doenças e a insalubridade e promover ações preventivas nos bairros mais acometidos por problemas de saúde e higiene. Na ficha, itens referentes ao local de moradia e especificidades de abastecimento sanitário e alimentício da casa são abordados para constatar não só os locais de risco, mas também os costumes domésticos da população considerada um risco na cidade. Assim, a moradia pobre era o ponto inicial da investigação sanitária promovida pelo poder público e seus agentes porque estava impregnada dos hábitos higiênicos e culturais de seus moradores, o que denunciava possíveis inadequações sanitárias que a transformariam num lugar de risco, como água estagnada ou lixo no quintal.

Assim, o estudo sobre o quintal paulistano torna-se importante ao admitirmos que este espaço reúne diferentes significados da vida cotidiana popular, sendo lugar de manifestação, resistência e sincretismo cultural. Além disso, a convivência nos quintais entre diferentes grupos étnicos faz desse espaço um objeto privilegiado para conhecimento de trocas culturais e reinvenção do cotidiano e dos costumes numa São Paulo que se modificava rapidamente e colocava em contato segmentos tão diversos.

Notas

*Doutoranda em História pela PUC-SP. Professora de História efetiva na Prefeitura do Município de São Paulo. E-mail para contato: bia_md@hotmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-7528-4333>

-
- ¹ WISSENBACH, M. C. C. **Sonhos africanos, vivências ladinas: escravos e forros em São Paulo (1850-1888)**. São Paulo: Hucitec/História Social, USP, 1998. p. 64.
- ² PENTEADO, J. **Belenzinho, 1910: retrato de uma época**. São Paulo: Carrenho Editorial, 2003. pp. 90 e 91.
- ³ RODRIGUES, J. **Alimentação, vida material e privacidade** – Uma história social de trabalhadores em São Paulo nas décadas de 1920 à 1960. São Paulo: Alameda, 2011. p. 151.
- ⁴ WISSENBACH, M. C. C. Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível. In: SEVCENKO, N. (org.). **História da vida privada no Brasil**. Vol. 3 São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 103.
- ⁵ CERASOLI, J. F. **Modernização no plural: obras públicas, tensões sociais e cidadania em São Paulo na passagem do século XIX para o XX**. Doutorado, IFCH-UNICAMP, São Paulo, Brasil, 2004. p. 104.
- ⁶ AHMWL. Atas da Câmara da Cidade de São Paulo. Publicação da Divisão do Arquivo Histórico Washington Luis. 28/10/1897.
- ⁷ A Folha do Braz – Autor do artigo: João Antônio Julião. 29/10/1899. p. 1.
- ⁸ AHMWL. Fundo Intendência Municipal. Grupo Polícia e Higiene. Série Intimações e multas 29/01/1892.
- ⁹ AHMWL. Fundo Intendência Municipal. Grupo Polícia e Higiene. Série Relatórios Fiscais, 05/02/1892.
- ¹⁰ Ibidem.
- ¹¹ MENESES, J. N. C. **Pátio cercado por árvores de espinho e outras frutas, sem ordem e sem simetria: O quintal em vilas e arraiais de Minas Gerais (séculos XVIII e XIX)**. Anais do Museu Paulista. 2015, vol. 23, n. 2, p. 73.
- ¹² PENTEADO, J. **Belenzinho, 1910: retrato de uma época**. São Paulo: Carrenho Editorial, 2003. p. 68.
- ¹³ Ibidem, p. 91.